

iugu Instituição de Pagamento S/A

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	12

Relatório da Administração

Em atendimento a Resolução do Banco Central do Brasil N° 2 artigo 14º, a iugu Instituição de Pagamento S.A. apresenta as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Todas as informações de resultado representadas abaixo encontram-se nas demonstrações contábeis, de forma consolidada.

A iugu permanece focada em seu propósito de diminuir as barreiras na implementação de pagamento digital, atuando como facilitadora para empresas que desejam otimizar e automatizar a operação de seus departamentos financeiros.

A Companhia encerra o ano com receita líquida de R\$61 milhões, 30% acima de 2020, e lucro bruto de R\$29 milhões.

O volume total processado (TPV) anual foi de R\$6,3 bilhões, que representa aumento de 17% comparado ao ano anterior.

O estatuto social da iugu estabelece que o lucro líquido de cada balanço serão destinados: a) 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos aos acionistas; e c) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria.

A Companhia segue bem-posicionada atuando em diferentes setores da economia, prevendo crescimento nas diferentes linhas de produto, sobretudo da receita do segmento de cartão de crédito. Acreditamos na manutenção desta tendência, apesar dos desafios relacionados à expectativa de aumento da taxa de juros básica da economia e da inflação no Brasil em 2022.

São Paulo, 25 de março de 2022.

A DIRETORIA



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-002, São Paulo – SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Lugu Instituição de Pagamento S/A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lugu Instituição de Pagamento S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lugu Instituição de Pagamento S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/O-4

IUGU INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A

Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Circulante	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.357	48.217	Depósitos	11	137.722	89.990
Disponibilidades		15.204	5.919	Empréstimos	12	4.070	5.018
Aplicações interfinanceiras de liquidez		38.153	42.298	Tributos e contribuições sociais	13	3.246	2.766
Instrumentos financeiros	5	105.903	119.392	Obrigações por transações de pagamento	14	207.473	77.576
Contas a receber	6	236.848	100.030	Outros passivos	15	5.163	8.340
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	(9.384)	(5.222)			357.674	183.690
Impostos a recuperar	7	1.874	948				
Outros ativos	8 - 20	29.007	857	Não circulante			
		417.605	264.222	Contingências	16	740	386
				Passivo		358.414	184.076
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido			
Imobilizado de uso	9	8.785	3.102	Capital Social	18	129.763	129.763
Depreciação	9	(1.633)	(472)	Prejuízo acumulado		(57.070)	(44.621)
Intangível	10	8.091	2.622			72.693	85.142
Amortização	10	(1.741)	(256)				
		13.502	4.996				
Ativo		431.107	269.218	Passivo e patrimônio líquido		431.107	269.218

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IUGU INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A

Demonstrações do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º Sem. 2021	Exercícios	
			31/12/2021	31/12/2020
Receita de intermediação financeira	19.1	35.882	60.969	42.573
Custo dos serviços prestados	19.2	(19.029)	(32.097)	(25.139)
Lucro bruto		16.853	28.872	17.434
Despesas de pessoal e encargos	19.2	(20.369)	(42.249)	(25.207)
Despesas gerais e administrativas	19.2	(10.800)	(24.022)	(16.470)
Provisões operacionais	19.2	(4.058)	(4.611)	(415)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	19.2	8	9	1.198
Resultado operacional		(18.366)	(42.001)	(23.460)
Receitas financeiras		4.674	6.632	2.309
Despesas financeiras		(2.818)	(3.673)	(693)
Resultado financeiro, líquido	19.3	1.856	2.959	1.616
Prejuízo antes dos impostos		(16.510)	(39.042)	(21.844)
IR/CSLL diferido	20	26.593	26.593	-
Lucro (prejuízo) do período/exercicio		10.083	(12.449)	(21.844)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IUGU INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) do período/exercício	10.083	(12.449)	(21.844)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre	10.083	(12.449)	(21.844)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IUGU INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Bônus de subscrição	Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		29.301	(1.311)		(22.777)	5.213
Bônus de subscrição	15.a			29.999		29.999
Aumento de capital social	15.a	100.462	1.311	(29.999)		71.774
Prejuízo do exercício					(21.844)	(21.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>129.763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(44.621)</u>	<u>85.142</u>
Saldos em 30 de junho de 2021		129.763	-	-	(67.153)	62.610
Lucros do semestre					10.083	10.083
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>129.763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(57.070)</u>	<u>72.693</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021		129.763	-	-	(44.621)	85.142
Prejuízo do exercício					(12.449)	(12.449)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>129.763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(57.070)</u>	<u>72.693</u>
Mutação do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.449)</u>	<u>(12.449)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IUGU INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) do período/exercício	10.083	(12.449)	(21.844)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.805	4.162	17
Provisão para contingências cíveis	144	375	14
Depreciações e amortizações	1.566	2.797	489
Impairment de impostos a recuperar	-	-	190
Baixa de credores diversos	-	-	(1.300)
Provisão de juros de empréstimos	214	336	53
Tributos diferidos	(26.593)	(26.593)	-
Baixa de ativos	18	149	-
Prejuízo do semestre ajustado	(10.763)	(31.223)	(22.381)
Atividades operacionais			
Aumentos / diminuições operacionais			
Instrumentos financeiros	11.035	13.489	(79.184)
Contas a receber	(86.773)	(137.303)	(11.987)
Impostos a recuperar	(675)	(926)	(174)
Depósitos judiciais	-	-	997
Outros Ativos	(1.027)	(1.557)	(298)
Depósitos	36.493	47.732	39.452
Tributos e contribuições sociais	933	965	938
Obrigações por transações de pagamento	71.012	129.897	3.145
Outros passivos	(3.124)	(3.177)	6.697
Caixa gerado (Consumido) proveniente das atividades operacionais	17.111	17.897	(62.795)
Juros Pagos	(116)	(235)	(35)
Contingências pagas	-	(21)	(89)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	16.995	17.641	(62.919)
Atividades investimento			
Aquisições imobilizado e intangível	(4.258)	(11.452)	(3.956)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(4.258)	(11.452)	(3.956)
Atividades financiamento			
Empréstimos	-	-	5.000
Pagamento de principal	(1.049)	(1.049)	(10)
Aumento de capital	-	-	101.773
Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	(1.049)	(1.049)	106.763
Variação de caixa e equivalente de caixa	11.688	5.140	39.888
Saldo no início do exercício (semestre)	41.669	48.217	8.329
Saldo no final do exercício (semestre)	53.357	53.357	48.217
Variação de caixa e equivalentes de caixa	11.688	5.140	39.888

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A IUGU Instituição de Pagamento S/A (“iugu” ou “Companhia”), sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Torre A, TNU - 16º e 17º andares - Brooklin Paulista - São Paulo - SP, foi constituída em 31 de janeiro de 2012, com o objetivo de ser uma facilitadora de pagamentos, fornecendo uma plataforma de automação financeira que oferece toda a tecnologia e o suporte necessários para estruturar uma operação financeira inteligente, automatizada e eficiente de ponta a ponta. Atualmente a iugu, por meio de sua plataforma, oferece a seus clientes uma série de meios de pagamento tais como: boleto bancário, cartão de crédito e PIX. Os serviços de valor agregado oferecidos pela iugu compreendem: cobranças recorrentes, split de pagamentos, conciliação e automação financeira, emissão e gestão de faturas, pagamento de contas, entre outros.

Em 26 de agosto de 2020, a Companhia recebeu autorização do Banco Central do Brasil (“Bacen”) para funcionar como instituição de pagamento (“IP”), na modalidade de emissor de moeda eletrônica de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

Em 30 de abril de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi decidido pela alteração da razão social da Companhia de Iugu Serviços na Internet S/A para Iugu Instituição de Pagamento S/A.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) as quais levam em consideração as regras contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - (“CMN”) e do Bacen, denominadas em conjunto “COSIF”, quando aplicáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos (CPC), aprovados pelo Banco Central:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações provado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;

- CPC 24 - Eventos subsequentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/2019;
- CPC 41 - Resultado por ação aprovado pela Resolução CMN nº 3.959/2019.

Ainda em atendimento a esta resolução que exige evidenciação na apresentação das notas explicativas às demonstrações contábeis dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada, divulgamos que não houve impacto não recorrente observado no resultado da Companhia durante o exercício de 2021.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2022.

2.1.1 Reapresentação dos saldos comparativos

Com o advento da Instrução Normativa SF/SUREM nº 1 de 29 de janeiro de 2021 emitido pela secretaria da fazenda do município de São Paulo, que equipara as instituições de pagamento a instituições financeiras e que conseqüentemente desobriga a emissão nota fiscal de serviços neste município, a Companhia revisou seu processo de faturamento e passou a reconhecer a receita no período em que o serviço é prestado. Anteriormente, o reconhecimento da receita acontecia concomitantemente com o faturamento que ocorria no mês subsequente ao da prestação do serviço. Em 31 de dezembro de 2020 os efeitos líquidos deste ajuste entre os períodos eram imateriais, portanto, não foram necessárias quaisquer alterações nas demonstrações contábeis, entretanto, com a mudança no processo, que acarretou no acúmulo de 7 meses de receitas e custos no primeiro semestre de 2021, a Companhia decidiu por reapresentar as demonstrações comparativas seguindo as melhores práticas de divulgação. Demonstramos no quadro abaixo os efeitos deste ajuste nas demonstrações comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Ativo	31 de dezembro de 2020		
	Anterior	Ajuste	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	48.217	-	48.217
Instrumentos financeiros	119.392	-	119.392
Contas a receber	98.676	1.354	100.030
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.222)	-	(5.222)
Outras contas do ativo circulante	1.805	-	1.805
Ativo não circulante	4.996	-	4.996
	267.864	1.354	269.218

Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos/ (Valores a repassar)	89.990	-	89.990
Empréstimos	5.018	-	5.018
Tributos e contribuições sociais	2.281	485	2.766
Obrigações por transações de pagamento	77.576	-	77.576
Outros passivos	8.732	(392)	8.340
Contingências	386	-	386
Patrimônio líquido	83.881	1.261	85.142
	267.864	1.354	269.218

Consequentemente, as notas explicativas que tratam os saldos anteriores para as rubricas ajustadas destacadas acima, sofreram alteração para refletir os ajustes realizados.

Os impactos na demonstração do resultado e na demonstração dos fluxos de caixa do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são imateriais.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em reais nestas demonstrações foram arredondados para mil mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, riscos decorrentes de passivos contingentes e valor justo de instrumentos financeiros. A Companhia revisa constantemente as estimativas e premissas.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com

convertibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(I) Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

II) Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

III) Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

A Companhia não possui títulos classificados na categoria descrita no item (iii). Não houve reclassificações entre categorias no período.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

3.3 Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

3.4 Contas a receber

Corresponde principalmente aos valores a receber das adquirentes resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão na plataforma da iugu, deduzidos dos cancelamentos e contestações das transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia. Este grupo é composto também pelo contas a receber de clientes decorrente da cobrança das mensalidades pela utilização da plataforma.

Os montantes a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Como parte do curso normal das atividades, a iugu está exposta ao risco de perdas associadas a *chargebacks* sobre transações que foram anteriormente antecipadas por seus clientes, e que eventualmente não possuem saldo disponível em suas contas para reembolsar a Companhia. A iugu constituiu provisão para 100% dos *chargebacks* com tal característica.

Adicionalmente, a Companhia realizou estudo sobre suas perdas esperadas baseando-se no histórico de perdas efetivas frente ao montante total processado e concluiu que a potencial perda é imaterial.

A expectativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração, para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.5 Impostos a recuperar

São registrados mediante apropriação na aquisição de serviços destinados à operação, os quais serão compensados com saldos a pagar em exercícios futuros.

3.6 Imobilizado de uso

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.7 Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto principalmente por: (i) Direitos de uso, (ii) Softwares adquiridos; e (iii) intangível desenvolvido internamente.

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear de acordo com sua vida útil estimada. Os ativos de direito de uso são amortizados de acordo com o prazo estipulado em contrato.

3.8 Depósitos

O saldo de depósitos representa as contas de pagamento de clientes da iugu, meio pela qual a Companhia disponibiliza os recursos de direito de seus clientes. Os valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos ou tarifas de transação. Conforme Circular 3.681 Art. 12.

3.9 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.10 Obrigações por transações de pagamento

As obrigações por transações de pagamento referem-se principalmente a valores a repassar aos clientes mediante a vendas feitas a prazo. Os valores são transferidos para as contas iugu à medida que a agenda de vendas a prazo se cumpre.

3.11 Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os

critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

As provisões são registradas com base nas opiniões dos assessores legais e melhores estimativas da Administração, sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do período, conforme descrito em nota explicativa nº 16.

3.12 Outros ativos e passivos circulantes

Outros ativos e passivos são registrados ao valor de custo ou de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e eventuais encargos incorridos até a data do balanço.

3.13 Apuração do resultado

As receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da prestação do serviço.

3.14 Receita de intermediação financeira

A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado em função do faturamento, tendo como base os serviços executados até a data-base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. Se posteriormente surgirem circunstâncias que possam alterar os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos, as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a revisão.

3.15 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de operações financeiras, receitas de juros e os descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas financeiras na negociação de carteira e outras despesas financeiras.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia quando obtiver lucro, irá apurar e recolher o seu Imposto de Renda no critério de lucro real anual à alíquota de 15%, acrescido adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano. E, Contribuição Social à alíquota de 9%.

Com isso a despesa com imposto de renda e contribuição social compreenderá os tributos apurados no exercício corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente será o imposto a pagar calculado sobre o lucro real apurado no exercício, às alíquotas acima informadas.

O regime de tributação adotado pela Companhia foi o de lucro real anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. A Companhia realizou o estudo e avaliação quanto à realização dos créditos tributários, estimativas de lucros e compensação de prejuízo fiscal e base negativa, enquadrada nos incisos I, III e VI do artigo 4º e nos incisos I e II do artigo 12º da Resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020.

3.17 Redução do valor recuperável

Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

3.18 Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de prestação de serviços.

3.18 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades (a)	15.204	5.919
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)	38.153	42.298
	<u>53.357</u>	<u>48.217</u>

- (a) Refere-se a valores disponíveis para saque em contas bancárias e conta de pagamento instantâneo junto ao Banco Central do Brasil.
- (b) O montante de R\$ 38.153 (R\$ 42.298 em 31/12/2020) refere-se a aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais vinculados a saldo em conta pré-paga. Tais aplicações possuem liquidez diária, rentabilidade indexada ao CDI, têm como contraparte banco de primeira linha e risco imaterial de perdas, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa.

5. Instrumentos financeiros

Carteira própria	31/12/2021	31/12/2020
Certificados de depósitos bancários	13.529	50.175
Vinculados a saldos em conta pré-paga		
LFT - Aplicação em títulos públicos	92.374	69.217
	105.903	119.392
Vinculados a saldo em conta pré-paga	31/12/2021	31/12/2020
Títulos mantidos até o vencimento		
Letras financeiras do tesouro	-	57.073
Títulos para negociação		
Letras financeiras do tesouro	92.374	12.144
	92.374	69.217

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, assim com as faixas de vencimento são como segue:

	Valor contábil	Valor de mercado	31/12/2021			
			Faixas de vencimento			
			Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos para negociação						
Letras financeiras do tesouro (*)	92.374	92.374	78.821	-	13.553	-
Certificados de depósitos bancários(*)	13.529	13.529	-	-	-	13.529
	105.903	105.903	78.821	-	13.553	13.529

	31/12/2020					
	Valor contábil	Valor de mercado	Faixas de vencimento			
			Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos mantidos até o vencimento						
Letras financeiras do tesouro	57.073	57.073	-	-	57.073	-
Títulos para negociação						
Letras financeiras do tesouro (*)	12.144	12.144	-	-	-	12.144
Certificados de depósitos bancários(*)	50.175	50.175	2.378	12.895	-	34.902
	119.392	119.392	2.378	12.895	57.073	47.046

(*) conforme determina a circular 3.068/01, para fins de publicação, os instrumentos financeiros classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

6. Contas a receber

A rubrica “Contas a receber”, registrada pelo valor de R\$ 227.464 (R\$ 93.454 em 31/12/2020), apresenta o total dos valores a receber de clientes e das adquirentes, descontadas das antecipações de recebíveis e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de chargeback.

	31/12/2021	31/12/2020
Recebíveis de adquirentes	212.237	83.978
Contas a receber de clientes	1.832	1.450
Valores a receber - Contas negativas	8.605	5.222
(-) PECLD de clientes (a)	(9.384)	(5.222)
Boletos em processamento (b)	14.174	9.380
	227.464	94.808
Contas a receber	222.674	90.650
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(9.384)	(5.222)

(a) A Companhia constitui mensalmente o provisionamento da totalidade das contas com saldos negativos decorrentes principalmente de *chargebacks* realizados onde os clientes não possuem saldo para débito da transação desfeita. Além disso, a Companhia constitui provisão com base na expectativa do período e leva em

consideração as perdas dos últimos 12 meses, e também constitui a provisão sobre a inadimplência das mensalidades do contas a receber.

- (b) O montante de R\$ 14.174 representa a totalidade de boletos que estavam em processamento no dia 31 de dezembro de 2021 (R\$ 9.380 em 31/12/2020), devido a inexistência de expediente bancário nesta data.

O *aging* do saldo de recebíveis de adquirentes é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Até 30 dias	14.586	41.163
de 31 a 90 dias	62.563	16.692
de 91 a 120	27.507	5.165
de 121 a 180	45.385	8.661
de 181 a 360	62.084	12.297
Acima de 360 dias	112	-
	<u><u>212.237</u></u>	<u><u>83.978</u></u>

7. Impostos a recuperar

A rubrica “Impostos a recuperar”, registrada pelo valor de R\$ 1.874 (R\$ 948 em 31 de dezembro de 2020) é composta pelos valores de IRRF a recuperar e deverá ser deduzido da base de impostos dos períodos subsequentes ou compensado com demais tributos federais.

8. Outros ativos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento a fornecedores	185	88
Adiantamento de férias	124	16
Despesas antecipadas	1.123	638
Bloqueio judicial	67	61
IRPJ e CSLL diferidos (8.1)	26.593	-
Outros ativos	915	54
	<u><u>29.007</u></u>	<u><u>857</u></u>

8.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	-	-
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	26.593	-
	<u>26.593</u>	<u>-</u>
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	-	-
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo de imposto diferido (líquido)	<u>26.593</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2021		
Saldo inicial	-	-
Base negativa	22.830	-
Diferenças temporárias	3.763	-
Saldo final	26.593	-

Administração revisou suas estimativas de lucros tributáveis futuros e reconheceu em 31 de dezembro de 2021, com base com base na exceção prevista no art. 4º da Resolução BCB nº 15, o ativo fiscal diferido R\$ 26.593, referentes as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos anteriormente, uma vez que a Administração considerou que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais prejuízos.

Realização do crédito

2022	-
2023	-
2024	-
2025 a 2030	26.593

Conforme Resolução BCB nº 02, os ativos fiscais diferidos são classificados como não circulante independente da expectativa de realização.

A Companhia não reconheceu ativos de impostos de R\$ 2.925 com relação a base negativa no montante de R\$ 8.604, que podem ser compensados com lucro tributável futuro

9. Imobilizado de uso

A composição analítica do imobilizado está apresentada abaixo:

	31/12/2021			31/12/2020			
	Taxa de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em operação							
Equipamentos de processamento de dados	20	3.155	(680)	2.475	2.029	(391)	1.638
Equipamentos de comunicação e segurança	20	492	(108)	384	401	(14)	387
Máquinas e equipamentos	10	262	(48)	214	76	(25)	51
Móveis e utensílios	10	727	(230)	497	109	(42)	67
Benfeitorias imóveis de terceiros	(a)	4.149	(567)	3.582	487	-	487
Total		8.785	(1.633)	7.152	3.102	(472)	2.630

(a) As benfeitorias estão relacionadas a reforma do novo escritório da Companhia. Sua depreciação se encerrará de acordo com o prazo de locação do escritório que se encerrará em abril de 2027.

	Equipamentos de processamento de dados (*)	Equipamentos de comunicação e segurança	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2020						
Saldo inicial	342	-	50	78	-	470
Custo						
Adições	1.509	401	8	-	487	2.405
Depreciação						
Adições	(213)	(14)	(7)	(11)	-	(245)
Valor contábil	1.638	387	51	67	487	2.630
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	2.029	401	76	109	487	3.102
Depreciação acumulada	(391)	(14)	(25)	(42)	-	(472)
Valor contábil	1.638	387	51	67	487	2.630
Em 31 de dezembro de 2021						
Saldo inicial	1.638	387	51	67	487	2.630
Custo						
Adições	1.307	91	188	6	4.391	5.983
Baixas	(225)	-	(15)	(60)	-	(300)
Transferências	44	-	13	672	(729)	-
Depreciação						
Adições	(413)	(92)	(30)	(209)	(568)	(1.312)
Baixas	122	-	7	22	-	151
Valor contábil	2.473	386	214	498	3.581	7.152
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	3.155	492	262	727	4.149	8.785
Depreciação acumulada	(682)	(106)	(48)	(229)	(568)	(1.633)
Valor contábil	2.473	386	214	498	3.581	7.152

(*) Refere-se principalmente à aquisição de computadores para novos colaboradores e equipamento audiovisual para salas de reunião do novo escritório da IUGU.

10. Intangível

	Cessão de direitos de uso	Desenvolvimento da plataforma (a)	Licenças e direitos autorais e de uso (b)	Implantação de software	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	62	-	-	-	62
Custo					
Adições	-	1.329	1.091	128	2.548
Amortização					
Adições	(21)	(43)	(180)	-	(244)
Valor contábil	41	1.286	911	128	2.366
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	74	1.329	1.091	128	2.622
Amortização acumulada	(33)	(43)	(180)	-	(256)
Valor contábil	41	1.286	911	128	2.366
Em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	41	1.286	911	128	2.366
Custo					
Adições	-	3.266	1.127	1.076	5.469
Amortização					
Adições	(14)	(479)	(982)	(10)	(1.485)
Valor contábil	27	4.073	1.056	1.194	6.350
Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	74	4.595	2.218	1.204	8.091
Amortização acumulada	(47)	(522)	(1.162)	(10)	(1.741)
Valor contábil	27	4.073	1.056	1.194	6.350

- a) A Companhia capitaliza os gastos com o desenvolvimento de sua plataforma gerados internamente. Tais gastos estão diretamente ligados a aprimoramentos e criação de novas funcionalidades que por sua vez são controlados pela Companhia, identificáveis e possuem expectativa de geração de caixa a luz do CPC 04 (R1) - Ativo intangível. A vida útil do software desenvolvido internamente é definida em 5 anos e a amortização é reconhecida como “Despesas gerais e administrativas”.
- b) Trata-se principalmente da licença de uso do ERP SAP, aquisição estratégica da Companhia com o objetivo de dar segurança e escalabilidade às transações da iugu.

11. Depósitos

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo de clientes disponível (a)	111.756	77.432
Saldo bloqueado de clientes (b)	25.966	12.558
	137.722	89.990

- a) Saldo cliente disponível, refere-se ao saldo disponível na conta do cliente para livre movimentação, conforme Circular nº 3.681, art. 12.
- b) Saldo bloqueado de clientes, refere-se ao saldo em trânsito, entre o pedido de saque efetuado pelo cliente e à disponibilização em conta.

12. Empréstimos

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Empréstimos (a)	100% CDI + 2,4% a.a.	04/04/2022	4.070	5.018

(a) Trata-se de empréstimo com banco de primeira linha. Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o vencimento foi estendido por três meses, sendo a nova data de vencimento dia 05/04/2021. Em 05/04/2021, houve novo aditamento e extensão até 05/07/2021. Em 03/01/2022, houve novo aditamento e extensão até 04/04/2022. As demais condições foram mantidas.

12.1 Movimentação dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2021

Saldo em 1º de janeiro	5.018
Juros	336
Pagamento de juros	(235)
Pagamento de principal	(1.049)
Saldo final	<u>4.070</u>

Em 31 de dezembro de 2020

Saldo em 1º de janeiro	10
Captações	5.000
Juros	53
Pagamento de juros	(35)
Pagamento de principal	(10)
Saldo final	<u>5.018</u>

13. Tributos e contribuições sociais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF	785	415
PIS	108	154
COFINS	414	657
ISS	174	116
INSS	1.337	1.095
FGTS	396	246
Outros	32	83
	<u>3.246</u>	<u>2.766</u>

14. Obrigações por transações de pagamento

Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito, PIX e boleto a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Companhia.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo de clientes a liberar	207.473	77.576
	<u>207.473</u>	<u>77.576</u>

Todos os saldos de clientes a liberar serão disponibilizados em até um ano de acordo com a agenda de recebimentos conforme demonstrado abaixo.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Até 30 dias	58.218	39.959
de 31 a 90 dias	35.234	14.498
de 91 a 120	23.669	4.878
de 121 a 180	37.782	7.643
de 181 a 360	52.570	10.598
	<u>207.473</u>	<u>77.576</u>

15. Outros passivos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão de bônus a pagar	1.700	4.164
Provisão de férias	1.718	1.211
Fornecedores nacionais	1.592	2.064
Fornecedores internacionais	92	123
Outros	61	778
	<u>5.163</u>	<u>8.340</u>

16. Contingências

O saldo de contingências em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 740 (R\$ 386 em 31 de dezembro de 2020) representa causas cíveis classificadas como risco provável de perda pelos assessores externos e pelo jurídico interno da Companhia.

Movimentação das contingências

Em 31 de dezembro	2021	2020
Saldo inicial	386	461
Provisão	375	14
Pagamentos	(21)	(89)
Saldo final	<u>740</u>	<u>386</u>

As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R\$ 1.069 (R\$ 3.046 em 31 de dezembro de 2020). Em sua maioria estas causas estão relacionadas com demandas feitas pelos titulares de cartões de crédito e versam sobre produtos não entregues ou serviços não prestados pelos estabelecimentos que, por sua vez, processam seus pagamentos com a Iugu. Essas causas não foram objeto de provisão nas demonstrações contábeis.

17. Transações com partes relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. São consideradas partes relacionadas pessoas que têm influência significativa sobre a entidade que reporta a informação e o pessoal chave da administração.

A Companhia não possui relacionamento com entidades consideradas partes relacionadas de acordo com o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Em atendimento a Resolução BCB nº2, informamos que o controlador em última instância da Companhia é o acionista fundador e CTO, Patrick Negri.

Remuneração da Administração

A remuneração paga aos Administradores da Companhia até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 7.312 (R\$ 4.715 em 2020).

Em dezembro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de incentivo de longo prazo baseado na valorização sobre ações virtuais da Companhia ("*phantom shares*"), cujo incentivo apenas será pago se e quando forem atingidas certas condições. Em 31 de dezembro de 2021 nenhum impacto decorrente deste plano foi registrado devido à ausência de obrigação presente.

18. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 129.763 dividido em 1.019.740 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 498.253 ações preferenciais.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ações ordinárias	1.019.740	1.019.740
Ações preferenciais	498.253	498.253
	<u>1.517.993</u>	<u>1.517.993</u>

19. Resultado**19.1. Receita de intermediação financeira**

	2º Semestre de 2021	2021	2020
Receita bruta	<u>40.416</u>	<u>68.689</u>	<u>48.046</u>
(-) PIS sobre serviços	(652)	(1.305)	(1.062)
(-) COFINS sobre serviços	(3.005)	(5.098)	(3.624)
(-) ISS sobre serviços	(877)	(1.317)	(787)
	<u>35.882</u>	<u>60.969</u>	<u>42.573</u>

PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para seguridade social	7,60%
ISS - Imposto sobre serviços	2,00% e 2,90%

19.2. Despesas por natureza

As despesas por natureza estão compostas da seguinte forma:

Natureza	2º Semestre de 2021	2021	2020
Salários	(15.140)	(32.222)	(19.483)
Tarifas de boletos e adquirentes	(17.912)	(32.002)	(23.479)
Assessoria, auditoria e consultoria	(3.812)	(6.809)	(6.161)
Encargos	(4.596)	(8.647)	(4.615)
Benefícios	(2.734)	(4.825)	(2.475)
Marketing e propaganda	(2.915)	(5.913)	(3.692)
Custo processamento de dados	(1.468)	(2.635)	(2.043)
Aluguéis, condomínio, IPTU e energia	(2.382)	(4.511)	(2.258)
Importação de serviços diversos	(1.914)	(2.894)	(1.776)
Impostos sobre importação de serviços	(1.012)	(1.651)	-
Tarifas de transferências	(289)	(507)	(589)
Depreciação e amortização	(1.566)	(2.797)	(489)
Outras provisões operacionais	(3.995)	(4.358)	(281)
Telefonia e internet	(246)	(425)	(214)
Eventos e confraternizações	(298)	(480)	(149)
Contingências	(80)	(276)	(142)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.061	828	(1.665)
(-) Capitalização da plataforma	1.966	3.266	1.329
(-) COFINS	1.712	3.194	1.766
(-) PIS	372	694	383
	(54.248)	(102.970)	(66.033)
Custo dos serviços prestados	(19.029)	(32.097)	(25.139)
Despesas de pessoal e encargos	(20.369)	(42.249)	(25.207)
Despesas gerais e administrativas	(10.800)	(24.022)	(16.470)
Provisões operacionais	(4.058)	(4.611)	(415)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	8	9	1.198
	(54.248)	(102.970)	(66.033)

19.3. Resultado financeiro

Natureza	2º Semestre de 2021	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	4.897	6.948	2.362
Variação cambial	1	9	5
Descontos obtidos	1	1	48
(-) PIS não cumulativo	(32)	(46)	(91)
(-) COFINS não cumulativo	(193)	(280)	(15)
Total de receitas financeiras	4.674	6.632	2.309
IOF	(59)	(113)	(430)
Pacotes financeiros	(1)	(3)	(4)
Juros passivos	(2.599)	(3.224)	(121)
Variação cambial	(17)	(25)	(17)
Multa	-	(35)	(40)
Tarifas de boletos	(15)	(28)	(22)
Outras despesas financeiras	(127)	(245)	(59)
Total de despesas financeiras	(2.818)	(3.673)	(693)

20. Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN n° 3.681/13.

A Companhia tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento de produtos e serviços, de forma aderente aos seus clientes. Sua Administração reconhece que os assuntos relacionados a Compliance, incluindo qualidade de produtos e serviços, acidentes de trabalho, segurança da informação e finanças, constituem fatores de risco para seu crescimento sustentável.

A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos.

Organização de Risco

A Companhia tem uma forte organização de Riscos suportada por políticas e procedimentos internos que cobrem todas as áreas. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade tem a responsabilidade de definir as políticas gerais de gerenciamento de Riscos. Também avalia continuamente as medidas de controles de Riscos implementadas. O Comitê de Governança, Riscos e

Conformidade se reporta ao Diretor Presidente, informando regularmente sobre suas atividades e avaliações.

A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade.

A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado.

Metodologia de Risco

A Companhia possui um conjunto de regras de gerenciamento de Riscos para reconhecer, controlar e gerenciar Riscos, em todos os níveis da organização.

Possui como norma a adoção de políticas, sistemas e procedimentos internos para proteger seus ativos e minimizar os riscos e a reputação da empresa. Mais especificamente, incluem:

- Procedimentos para identificar, mensurar e controlar de forma consistente, as exposições à riscos, tais como risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez;
- Garantir que estes procedimentos estejam de acordo com a regulamentação vigente e alinhados com as melhores práticas de mercado;
- Garantir a separação funcional entre as estruturas operacionais e as estruturas de controle de risco;
- Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos relevantes;
- Promover uma cultura de consciência de risco em todos os níveis da organização.

Periodicamente, são ministrados treinamentos para todos os funcionários que de alguma forma mantenham relação com a área de Gestão de Riscos.

a. Risco de crédito

Os procedimentos de gerenciamento de risco enfatizam a identificação e a adoção de ações corretivas em tempo hábil.

A Companhia cumpre o conjunto de diretrizes, regras e procedimentos no âmbito da Política de Crédito, relativos ao gerenciamento do risco de crédito, abrangendo os seguintes aspectos:

- Assegurar que sistemas sejam estabelecidos para identificar, mensurar, monitorar e controlar riscos de crédito, de forma contínua, permitindo uma imediata identificação dos riscos;
- Encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Conformidade as questões de risco de crédito reconhecidas e potenciais, tão logo sejam detectadas;

- Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos de crédito;
- Garantir que o controle e gerenciamento de riscos de crédito seja parte integrante das atividades diárias da empresa.

b. Risco de liquidez

É a possibilidade de a Instituição de Pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Além disso, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O Risco de Liquidez é relacionado à possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar suas obrigações de pagamento nos prazos estabelecidos, sem incorrer em perdas significativas. O Risco de Liquidez tende a aumentar outros riscos, da mesma forma não poder facilmente obter recursos para cobrir uma inadimplência inesperada, pode refletir no Risco de Crédito.

Portanto, é necessário gerenciar os riscos de liquidez em conjunto com o risco de crédito.

A Companhia segue diretrizes sólidas e prudentes, dentro de uma estrutura geral de regras e processos que garantem um gerenciamento do Risco de Liquidez. A principal diretriz para a gestão de Risco de Liquidez envolve a manutenção de reservas suficientes para atender, em tempo hábil, a qualquer necessidade de capital que possa surgir bem como preservar um nível de liquidez apropriado. A Companhia desenvolveu a política e conta com controles de Risco de Liquidez em estrito alinhamento com os padrões e as melhores práticas de mercado, destacando-se:

- Implementação de políticas, procedimentos e processos para identificar, monitorar e controlar o Risco de Liquidez;
- Estabelecimento de níveis de riscos máximo a serem assumidos para liquidez de curto prazo e estrutural;
- Monitoramento do desenvolvimento regulatório e das condições locais do mercado;
- Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos de Liquidez considerados significativos;
- Estabelecimento de sistemas de reporte apropriados, incluindo relatórios mensais e anuais.

Em consonância com a gestão de liquidez da Companhia e de acordo com a Circular 3.705/14 emitida pelo Bacen, a Companhia mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento alocados em títulos públicos federais.

c. Gestão de capital

A gestão de Capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia.

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

O patrimônio líquido mínimo aplicável à Companhia, nos termos da Circular 3.681/13 emitida pelo BACEN, corresponde a 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve o capital mínimo regulatório exigido.

d. Risco operacional

O Risco Operacional é resultante da inadequação ou falha de pessoas, processos internos e sistemas, fraudes ou de eventos externos. O gerenciamento do Risco Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa.

A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a “Qualidade e Confiabilidade” dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as “Regras de Negócios”, forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão.

É adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com as políticas internas e de acordo com as leis e regulamentos vigentes. A qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado, incluindo:

- Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional e suas políticas, procedimentos e controles;
- Segregação de funções associadas às áreas operacional e de controles;
- Garantir que os papéis e responsabilidades sejam claramente definidos e que os funcionários possuam conhecimento e objetivos de desempenho relevantes em matéria de gestão de Risco Operacional;
- Identificar, mensurar e controlar todos os Riscos Operacionais, existentes e potenciais, que fazem parte de cada produto e ou serviço, atividade, processo e sistema;
- Incluir sempre a análise de Risco Operacional no planejamento dos negócios, e nos processos de aprovação de investimentos, produtos e serviços;

- Adotar sistemas que garantam um monitoramento constante da exposição aos Riscos Operacionais bem como medidas apropriadas para mitigar estes riscos;
- Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos Operacionais considerados significativos;
- Otimizar os sistemas e procedimentos de controle e monitoramento continuamente, realizando revisões e revalidações periódicas destes processos;
- Manter planejamento de contingência e de continuidade de negócios;
- Manter sistema de reporte de Risco Operacional apropriado e ágil em todos os níveis;
- Garantir que o controle e gerenciamento de Riscos Operacionais sejam parte integrante das atividades diárias da organização.

21. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Seguros	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Locação imóvel	Lucros cessantes/despesas fixas	150
	Verba conteúdo	5.000
	Acidentes diversos	5.000
	Despesas fixas (Incêndio)	150
	Derrame de chuveiros automáticos	50
	Equipamentos eletrônicos	200
	Danos elétricos	300
	Aluguel	180
	Quebra de vidros	30
	Recomposição de registros de documentos	40
	Responsabilidade civil empregador	100
	Roubo ou subtração de bens mediante arrombamento	100
	Problemas hidráulicos	50
	Responsabilidade civil - estabelecimentos comerciais e industriais	500
	Responsabilidade civil dos administradores	

22. Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2022 a Companhia investiu no IUGU I UR - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - UNIDADE DE RECEBÍVEIS, no montante da 1ª Série de Cotas Subordinadas Júnior: R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), sendo a quantidade de Cotas Subordinadas Júnior da 1ª Série: 5.500 (cinco mil e quinhentos), no valor Nominal Unitário: R\$1.000,00 (mil reais).

* * *